

A *EXPERTISE* DO PROFESSOR RUBENS DE CARVALHO NO CONTEXTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA MATO-GROSSENSE (1923 – 1927)

THE *EXPERTISE* OF TEACHER RUBENS DE CARVALHO IN THE CONTEXT OF THE PUBLIC EDUCATION IN MATO GROSSO (1923 – 1927)

LA *EXPERTISE* DEL MAESTRO RUBENS DE CARVALHO EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA EN MATO GROSSO (1923 – 1927)

Leandro de Oliveira *  

Luiz Carlos Pais **  

Edilene Simões Costa dos Santos ***  

RESUMO

Esta pesquisa discute a *expertise* profissional de Rubens de Carvalho, professor normalista paulista contratado pelo governo mato-grossense para conduzir a Escola Normal de Cuiabá, em meados da década de 1920. A fundamentação teórico-metodológica foi baseada em Hofstetter *et al.*, (2017), Hofstetter e Schneuwly (2017), Hofstetter e Schneuwly (2020) e Hofstetter e Valente (2017), em uma perspectiva histórico-social acerca dos saberes do ensino, em razão da mobilização pedagógica promovida pelos *experts* da docência em provimento da produção e da mobilização de saberes para a instrução primária, especificamente nesta investigação das matemáticas elementares para o ensino primário. As fontes mobilizadas para justificar a *expertise* profissional do personagem estão sobre os cuidados do Arquivo Público do Mato Grosso (APMT), além de outras que retrataram a trajetória do educador, que foram recuperadas pela Hemeroteca Digital Brasileira. Assim, considerando o aporte referencial adotado, o professor normalista Rubens de Carvalho pode ser considerado um *expert* do ensino e da matemática elementar do mesmo segmento instrucional, pois, conforme analisamos, o Estado o contratou para resolver problemas da instrução, e, ao fazê-lo, o professor produziu saberes que foram sistematizados em Atas de Relatórios, no Programa de Ensino de 1924 e no Regulamento de Ensino de 1927.

Palavras chaves: História do ensino. Formação de professores. Cultura escolar. Matemáticas escolares.

* Mestre em Educação Matemática pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando em Educação Matemática na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Rua Brisas de Zaragozas n.100 Ap. 272, Mata do Segredo, Campo Grande, MS, Brasil, CEP: 79014-604. E-mail: leandro.matem@gmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UNB). Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Rua Parapuã, 170, Jardim Jóquei Clube, Campo Grande, MS, Brasil, CEP: 79080-030. E-mail: edilenesc@gmail.com

*** Doutorado em Educação Matemática pela Universidade de Montpellier. Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Rua Clovis Beliváqua, n.891, Jardim São Bento, Campo Grande, MS, Brasil, CEP: 79004-630. E-mail: luiz60pais@gmail.com

ABSTRACT

This research discusses the professional expertise of Rubens de Carvalho, a primary school teacher from São Paulo hired by the government of Mato Grosso to lead the Escola Normal de Cuiabá, in the mid-1920s. The theoretical-methodological foundation is the works by Hofstetter et al. (2017), Hofstetter and Schneuwly (2017), Hofstetter and Schneuwly (2020) and Hofstetter and Valente (2017), from a historical-social perspective, on teaching knowledge, due to the pedagogical mobilization promoted by teaching experts in providing the production and the mobilization of knowledge for primary education, specifically in this investigation of elementary mathematics for primary education. Thus, considering the referential contribution adopted, teacher Rubens de Carvalho can be considered an expert in teaching and elementary mathematics in the same instructional segment, because, as we analyzed, the State hired him to solve problems of instruction and, in doing so, the teacher produced knowledge that was systematized in minutes of reports, in the 1924 teaching program and in the 1927 teaching regulation.

Keywords: History of teaching. Teacher education. School culture. School mathematics.

RESUMEN

Esta investigación discute la experiencia profesional de Rubens de Carvalho, maestro de educación primaria de São Paulo, contratado por el gobierno de Mato Grosso para dirigir la Escola Normal de Cuiabá, a mediados de la década de 1920. El fundamento teórico-metodológico son los trabajos de Hofstetter et al. (2017), Hofstetter y Schneuwly (2017), Hofstetter y Schneuwly (2020) y Hofstetter y Valente (2017), desde una perspectiva histórico-social, sobre la enseñanza del saber, debido a la movilización pedagógica promovida por docentes expertos en brindar la producción y la movilización de saberes para la educación primaria, específicamente en esta investigación de matemática elemental para la educación primaria. Así, considerando la contribución referencial adoptada, el profesor Rubens de Carvalho puede ser considerado un experto en enseñanza y matemáticas elementales en el mismo segmento de instrucción, porque, como analizamos, el Estado lo contrató para resolver problemas de instrucción y, al hacerlo, el docente produjo un conocimiento que fue sistematizado en actas de informes, en el programa docente de 1924 y en el reglamento docente de 1927.

Palabras clave: Historia de la enseñanza. Formación docente. Cultura escolar. Matemáticas escolares.

1 INTRODUÇÃO

A produção deste artigo teve como motivação os estudos sobre a *expertise* profissional de professores que ensinam matemática e a valorização do quadro cultural dos personagens nos aspectos históricos dos saberes do ensino e da formação de professores no estado do Mato Grosso, de 1923 a 1927.

Trata-se do normalista Rubens de Carvalho, paulista, contratado pelo governo mato-grossense para conduzir uma das principais instituições de ensino no estado na época em destaque, a Escola Normal de Cuiabá. Ao mesmo tempo, respeitando os dispositivos do Regulamento vigente, assumiria a direção da Escola Modelo Anexa.

No desafio de atuar em prol da instrução mato-grossense, o personagem não apenas resumiu suas atribuições nas funções para as quais foi contratado, mas realizou atividades na

tentativa de equiparar a instrução do estado ao modelo paulista, a partir de reformulações no quadro de normativas, tanto da instrução primária quanto da formação de professores primários. Isso em razão de que, conforme percebido em nossas investigações, as instituições oficiais do Mato Grosso interessaram-se por levar adiante um projeto de reorganização educacional, aos moldes dos interesses políticos locais, que buscava valorizar as referências paradigmáticas que estavam sendo sistematizadas no estado de São Paulo.

O início do processo foi a contratação de um educador experiente, conhecedor dos momentos de transformação pedagógica, e que, efetivamente, demonstraria o preparo em lidar com uma reorganização didático-pedagógica em um estado que relutava contra o velho e conhecido tradicionalismo religioso. Assim, aceitando a indicação provinda do estado paulista para atuar em Mato Grosso, veio o professor normalista Rubens de Carvalho.

Esse profissional chegou ao estado mato-grossense com uma extensa experiência docente à frente do trabalho no ensino e formação de professores, realizado em seu estado de origem. As fontes analisadas mostraram que, por mais de uma década, Rubens de Carvalho prestou serviços na docência e na direção escolar no estado paulista, entre os quais identificamos as funções de professor primário e de Escolas Normais, e diretor de escolas primárias, até mesmo da renomada Escola Normal de Pirassununga.

Diante dessas ocorrências, recorreremos à investigação de uma possível tentativa de objetivação dos saberes, baseados em Burke (2016). Nestas observações, nos centraremos mais precisamente no ensino escolar, especificamente nas matemáticas elementares da escola, concebidas como produção intelectual da *expertise* profissional do personagem em destaque, sintetizando os estudos de Hofstetter *et al.* (2017) na caracterização das referências sobre os *experts* e/ou *expertises* da docência.

Nestas considerações, esta pesquisa tem como objetivo apresentar o normalista Rubens de Carvalho como um *expert* do ensino. Além disso, pretende-se caracterizar os saberes para o ensino das matemáticas elementares pretendidas pelo estado do Mato Grosso, considerando a *expertise* do normalista, a partir da produção curricular sistematizada pelo personagem no período.

Diversos trabalhos caminharam nessa mesma direção para investigar a temática histórica dos saberes profissionais, *experts* e *expertises* do ensino, tanto no aspecto do cenário histórico-educacional mato-grossense como também em outros estados. Nesse repertório de trabalhos supracitados, podemos citar as pesquisas de Neves *et al.* (2022), de Mendes e Búrigo (2021) e de Moraes e Valente (2020), sendo todas essas, em destaque, pesquisas relacionadas à

história da educação matemática enfocando saberes profissionais do ensino e da formação, personagens do ensino e suas capacidades técnicas/profissionais na solução de problemas em uma demanda educacional na qual se caracteriza o *expert* da docência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Esta pesquisa no âmbito da história da educação matemática tem como objetivo o estudo dos significados históricos da *expertise* de um personagem paulista cuja trajetória profissional destacou-se pelos serviços prestados ao ensino na instrução pública primária e à formação de professores no Mato Grosso, em meados da década de 1920.

Esse professor é um personagem cuja atuação, de acordo com as fontes de pesquisa, contribuiu para modernização do ensino em um determinado período histórico, na região em estudo. Assim, utilizamos o amplo debate teórico e metodológico nos círculos da Nova História Cultural, no sentido do estudo crítico da história cultural dos conhecimentos, do autor Peter Burke (2016), priorizando a produção de uma história que, como ensina o autor, apresenta-se em concepção de quatro estágios, a seguir mencionados: *a coleta, a análise, a disseminação e a utilização*.

A *coleta* se dá no estágio inicial da pesquisa, ou seja, é o contato do pesquisador com o conjunto de fontes que forma a base necessária para os próximos procedimentos do estudo. No aspecto de pesquisas ligadas à história da educação e/ou do ensino, essas fontes têm origem no próprio sistema escolar. São documentos produzidos pelas instituições, personagens e entidades públicas, em consonância com o mesmo contexto histórico. Uma relevante quantidade dessas fontes está localizada em arquivos públicos, acervo de escolas, bibliotecas, museus, repositórios particulares, entre outros. Esta pesquisa valoriza a ampla dimensão de documentos históricos da Hemeroteca Digital Brasileira, organizada e administrada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e fontes históricas do período em estudo localizadas no Arquivo Público do Mato Grosso (APMT), em Cuiabá.

O segundo estágio aborda a observação empírica. Atribuiu-se que *análise* equivale ao conjunto de processos que darão o tratamento empírico e prático na tentativa de compreender os significados dos acontecimentos. Burke (2016) estabelece a analogia da passagem das informações em estado como algo “cru” para um “cozido”, assim justificando que as fontes puramente encontradas não “falam” por si sem um devido processo de organização, sistematização e análise dos documentos.

Para essas análises, reportar-nos-emos aos estudos realizados pela equipe do Grupo de Estudos em História Social da Educação (ERHISE), em torno dos saberes mobilizados pelos personagens da docência que constituem a figura do *expert* da educação e/ou ensino.

Interligando a mobilização de personagens com a história da educação matemática, tomaremos a questão dos *experts* do ensino, e especialistas do ensino como sinônimos, em uma teorização que melhor aproxima com as definições de Hofstetter *et al.* (2017).

Para melhor configurar nossas justificativas, levamos em consideração o conceito a mencionar:

[...] uma instância, em princípio reconhecida como legítima, atribuída a um ou vários especialistas – supostamente distinguidos pelos seus conhecimentos, atitudes, experiências -, a fim de examinar uma situação, avaliar um fenômeno, de constatar fatos. Esta expertise é solicitada pelas autoridades do ensino, tendo em vista a necessidade de tomar uma decisão (HOFSTETTER, *et al.*, 2007, p. 57).

De acordo com as preliminares consideradas em relação ao personagem estudado, essas instâncias são levantadas como legítimas, uma vez que Rubens de Carvalho atende uma chamada profissional pretendida pelo governo mato-grossense, com a intermediação do governo paulista na cooperação sobre questões do ensino.

Os *experts* são portadores de uma *expertise* profissional, ou seja, conhecimentos profissionais que mobilizam ações para constituição de novos saberes para o ensino, em favor do Estado, na qual elaboram novos referenciais propriamente para formar uma nova demanda de novos professores, como melhor sintetizam Hofstetter e Schneuwly (2020):

[...] uma demanda explícita de uma pessoa para intervir no processo de tomada de decisão: é-lhe atribuído um mandato para o fazer, não é a pessoa, no entanto, que toma a decisão final;
um demandante, mandatário, órgão ou pessoa diferente do expert, que não possui os conhecimentos deste;
este pedido institui um expert em um papel ou estatuto, frequentemente remunerado como tal;
um processo de expertise – pode-se dizer de uma *expertisation* para sublinhar a dimensão da atividade, um termo relativamente frequentemente em inglês. Esta atividade é muito diversificada de acordo com os campos em que é solicitada;
um resultado, uma expertise, que também pode assumir várias formas: testemunho, relatório, perícia, estudo em particular (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2020, p. 20).

Da mesma maneira, como apontam França e Santos (2019) a *expertise* é uma instância, em princípio reconhecida como legítima, atribuída a um ou a vários especialistas, e ainda demandada pelo Estado a fim de examinar, avaliar situações, constatar fatos e promover

situações de resultados para o problema em questão. Para esses autores, a *expertise* “participa decisivamente da produção de novos saberes no campo pedagógico”, conforme afirmaram:

Assim, ancorados nessa concepção, podemos dizer que o trabalho de *expertise* é solicitado para fins diferentes, sempre, contudo com o objetivo de resolver um problema, utilizando a *expertise* do especialista. Desse modo, as informações mobilizadas são distinguidas pelos conhecimentos, pelas atitudes e pelas experiências de quem a produz tendo em vista os conhecimentos teóricos e/ou experimentais de seu próprio campo de atuação e, conseqüentemente, na realização desse trabalho há a produção de novos saberes. Por isso, a *expertise* solicitada pelas autoridades de ensino em razão de uma demanda da sociedade para tomada de decisão pode propiciar a produção de novos saberes profissionais (FRANÇA; SANTOS, 2019).

Tendo essas afirmações em relação à *expertise*, consideramos, neste trabalho, uma caracterização do *expert* como um personagem que, por sua *expertise*, é reclamado pelo Estado para resolver uma questão ligada ao sistema educativo. A mobilização de tal *expertise* na análise, na avaliação e na constatação de fatos produz saberes no campo pedagógico que são sistematizados e podem ser objetivados e colocados em circulação.

Compreendemos que esses saberes objetivados em destaque são meramente apropriados em consonância com a mobilização que seria circulada entre os personagens. Para nos aproximarmos da análise sobre o conjunto de saberes socialmente sistematizados, utilizaremos o conceito da apropriação no sentido do “consumo cultural” dos conhecimentos preconizados pelo personagem em exercício das suas atribuições que fundamentaram sua trajetória profissional.

Para Chartier (2002), os requisitos de *ler, olhar ou escutar* seriam atitudes intelectuais que submetem o consumidor à permissão do modelamento, tomando seus efeitos e reapropriando-os como verdades, assim usufruindo como práticas do ofício da profissão. Nesse sentido, efetivamos a tentativa de articular a questão das apropriações dos saberes do personagem com a *expertise*, condição quase necessária para solucionar determinados problemas –no caso desta pesquisa, no contexto da instrução pública mato-grossense no período em destaque.

A *disseminação* e a *utilização*, conforme tratados por Burke (2016), compreendem os estágios finais da produção dos saberes.

Quanto à disseminação, podemos interpretar em um sentido duplo. Primeiramente, como um próprio conceito, articulado com a trajetória do próprio personagem em estudo aos processos de disseminar os conhecimentos modernos de ensinar trazidos do estado paulista. Segundo, nas circunstâncias da dimensão que o trabalho pode proporcionar para outras

pesquisas na linha da história da educação matemática. Nesse caso, estamos nos referindo à propagação dos resultados da pesquisa na comunidade acadêmica que tenha como interesse de investigação a história da educação, do ensino ou do ensino de matemática como escopo de pesquisa.

No caso do estágio da *utilização*, entendemos como o processo do consumo dos saberes produzidos como resultados de pesquisa. Neste caso específico, saberes da *expertise* profissional de um educador paulista, Rubens de Carvalho, que atuou com destaque na instrução pública mato-grossense.

Para efeito da constituição desta pesquisa, realizaremos as duas primeiras etapas dos estágios de Burke (2016), definidas acima.

3 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DO EDUCADOR

Natural da cidade de Rio Claro, estado de São Paulo, Rubens de Carvalho nasceu em 18 de março de 1897, ingressando na Escola Normal Caetano de Campos de São Paulo em 1912, após prestar o exame de suficiência para o ingresso do 1º ano. Após concluir o curso de normalista de formação de professores primários na instituição mencionada, logo iniciou sua carreira docente em cidades do interior paulista. Em meados de 1916, foi nomeado professor para reger uma das vagas disponíveis na instituição Escolas Reunidas de Conceição da Barra Mansa, distrito de Itatiba, passando, no ano seguinte, para nomeação de substituto na direção dessa mesma escola, momento em que também participou da campanha em defesa da obrigatoriedade do ensino primário (CORREIO PAULISTANO, 1911; 1916; 1917).

Anos mais tarde, exerceu a função de diretor da Escola Reunida do Salto Grande do Paranapanema. Pouco tempo depois, em novembro de 1920, seria nomeado diretor da Escola Normal de Pirassununga. Foi também nomeado, em 1923, diretor das Escolas Reunidas de Rincão, distrito de Araraquara, fato que acreditamos não ter se concretizado, pois, brevemente, diversos outros anúncios apontavam a contratação desse normalista para atuar como professor de Pedagogia e de Psicologia da Escola Normal de Casa Branca, estado de São Paulo (CORREIO PAULISTANO, 1920; 1920b; 1923; 1923b).

Sua vinda para Cuiabá foi noticiada em diferentes jornais dos estados de São Paulo e Mato Grosso, tal como na edição n. 21.396, de 1923, do Correio Paulistano de São Paulo, que, na sessão reservada aos assuntos da instrução pública, comunicou que o “professor Rubens de Carvalho tinha sido colocado à disposição do Governo do Mato Grosso”, *com a finalidade de*

assumir da direção da Escola Normal de Cuiabá. Como era usual na época, a imprensa mato-grossense noticiou sua chegada, como, por exemplo, em 6 de fevereiro de 1923, em edição do periódico *O Jornal* (1923), informando que o professor Rubens de Carvalho acabava de chegar a Cuiabá, em viagem realizada a bordo da lancha Porto Esperança, procedente de Corumbá, *para assumir a direção da Escola Normal do Mato Grosso, atendendo ao convite formulado pelo governador mato-grossense*, por meio de indicação do governo paulista. Um dia após, foi nomeado professor da cadeira de Pedagogia e diretor da Escola Normal e Modelo Anexa de Cuiabá, pelo ato número 340 do governo mato-grossense, como divulgaram os noticiários da época (CORREIO DO ESTADO, 1923, p. 3).

O novo diretor foi apresentado à sociedade cuiabana como um *jovem e experiente professor*: “*inteligente, trabalhador e conhecedor dos preceitos pedagógicos modernos mais preconizados*”, expressando confiança na orientação que ele daria aos futuros professores mato-grossenses. O jornal Correio do Estado, de Cuiabá, edição n. 112, de 11 de fevereiro de 1923, também destacou a contratação do jovem normalista paulista, atribuindo uma relevância ao estado pelo contrato de prestação de serviço com o governo do Mato Grosso, cujo presidente havia assinado a nomeação de um novo professor que viria para contribuir para a modernização da instrução escolar mato-grossense.

A nomeação do professor Rubens de Carvalho como diretor da Escola Normal de Cuiabá estava inserida no *contexto de transição política e social* de uma orientação mais violenta do coronelismo regional para os primeiros eventos de uma época menos violenta. Nesse quadro, estava em curso o desafio de expandir a oferta de instrução pública popular a partir da capital do estado. Quando professor Rubens de Carvalho foi contratado, em processo convocatório intermediado pelo governo paulista, o coronel Pedro Celestino, perfilado aos poderes paulistas da velha política do café com leite, estava ocupando a presidência do Mato Grosso pela segunda vez, exercendo o cargo entre 22 de janeiro de 1922 a 24 de outubro de 1924. O experiente político deixou seu nome na história regional como “um coronel moderno”, que tentou modernizar a instrução escolar no Estado, romper os grilhões que ainda faziam do grande estado um território apartado, conduzido pela linha mais violenta do mandonismo nativista (CORRÊA, 2006).

Esse projeto de modernização incluía a tentativa de renovar as práticas pedagógicas de modo geral e, particularmente, no ensino das matemáticas. Em meados da década de 1910, quando a Escola Normal de Cuiabá estava ainda sob a direção do professor Leowigildo Martins de Mello, como consta na memória de uma conhecida mestra cuiabana, que encerrou seus dias

em Campo Grande, o ensino da aritmética ainda era conduzido com as velhas e monótonas cantilenas repetidas e memorizadas até a exaustação - no caso, especificou o estudo decorado e cantado da tabuada. Mesmo com a incansável tentativa de modernização proposta pelo jovem normalista, quase nenhum traço de inovação pedagógica da vaga intuicionista infiltrava pelas fortes raízes que o ensino tradicional perpetuava sobre o domínio dos professores mato-grossenses daquele momento (ROSA, 1990).

Cerca de uma década antes, quando Pedro Celestino ocupou a presidência do estado pela primeira vez, foi inaugurada a Escola Normal, com a participação dos primeiros normalistas paulistas que atuaram no estado. Pedro Celestino, farmacêutico e atacadista de medicamentos, simbolizada então a versão moderna do coronel, ferrenho opositor da linha nativista que ainda cultivava práticas nada republicanas, acostumada a resolver diferenças com a lei do “cutelo, barão e pau de cuspir fogo”, conforme Correa (2006).

O contexto da convocatória que resultou na atuação do professor Rubens de Carvalho como especialista do campo pedagógico em Cuiabá, na primeira metade década de 1920, concebeu um processo fortemente baseado no poder político e mandatário do coronel Pedro Celestino, então presidente do Mato Grosso. Faz-se necessário entender o momento político de transição, quando o referido político liderava o Partido Republicano Mato-Grossense, perfilado às orientações e às influências do governo do estado de São Paulo.

Isso fez com que, *em vez de publicar um edital na imprensa local ou afixar uma folha de papel no mural da Diretoria de Instrução Pública do Estado*, a opção política foi solicitar ao governo paulista da época a indicação de um professor com competências para retomar a modernização da instrução no Mato Grosso, no mesmo modelo da relação política antes ocorrida, quando contratou os primeiros normalistas na tentativa de objetivação da pedagogia moderna, sendo eles Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Fernando Kuhlmann.

Em outros termos, essa convocatória estava baseada na decisão do Presidente do Estado que, naquele momento, se destacava como principal liderança política estadual. Esse *modus operandi* de convocar especialistas para atuar em instituições públicas mato-grossenses era muito comum, bem praticada em diversos outros estados brasileiros e estava perfeitamente em sintonia com a intencionalidade política de cada região. Jornais de Cuiabá e de São Paulo publicaram várias notícias sobre essas relações entre políticos paulistas e mato-grossenses. Desse modo, para preservar e estreitar as relações políticas, o governo paulista preconizava indicar um pedagogo com as competências necessárias para corresponder às expectativas de desafios para retomar o processo de modernização da instrução pública no Mato Grosso, razão

pela qual Rubens de Carvalho foi indicado pelo governo paulista, pois, afinal, tinha certa *experiência pedagógica na direção de escolas normais* no interior de São Paulo.

Em síntese, a nomeação do diretor da Escola Normal de Cuiabá passava por essa convocatória ainda concebida no quadro da velha política da Primeira República. É necessário pontuar que o tipo de convocatória que estava em curso naquele tempo era ainda fortemente determinado pela orientação política. Em muitos casos, a *expertise* de um profissional atuante num determinado governo poderia ser facilmente descartada em favor de outra convocatória que pudesse procurar e contratar um substituto capaz de incorporar as intenções políticas do novo governo.

Assim, isso efetivamente aconteceu no final do governo Pedro Celestino, quando, por um acerto local, ele foi eleito para o Senado Federal e a presidência do estado do Mato Grosso passou a ser exercida por Mário Corrêa da Costa, de orientação muito mais conservadora e revanchista no sentido de retomar os poderes dos velhos coronéis do Mato Grosso (CORRÊA, 2006). Em outras palavras, o período de atuação do professor Rubens de Carvalho foi de pouco mais de dois anos, sendo ele destituído da direção da Escola Normal, passando a exercer a profissão de advogado comissionado em Cuiabá. Assim, a história da *expertise*, no quadro da realidade do Mato Grosso, sofre interrupções, cortes e recortes em função da alternância hegemônica da política do momento.

Traços históricos desse momento são considerados por autores como Sá (2015) e Oliveira (2018), apontando o possível retorno às prioridades regionais em relação à tentativa de modernização exercida em sintonia com os ideais da revolução pedagógica paulista. Além disso, mesmo após não exercer algum tipo de função no governo mato-grossense, o professor Rubens de Carvalho continuou sendo um especialista respeitável no estado, participando de comissões oficiais, bancas de concurso e retornando, anos depois, ao magistério como professor de Pedagogia no Liceu Cuiabano (MATO GROSSO, 1912).

Isso é o que consta em *Relatório* do Governo do Mato Grosso, de 1927, quando o governo nomeou uma comissão composta pelos professores Cesário Alves Corrêa, Jayme Joaquim de Carvalho, Isac Póvoas, Júlio Strubing Muller, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Philogonio Corrêa, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas e Alcindo de Camargo, para apresentar um projeto de reforma dos regulamentos da Escola Normal e Instrução Primária. Esse projeto foi elaborado com participação ativa do professor Rubens de Carvalho, como consta na imprensa da época, indicando os rumos necessários para a desejada modernização da instrução pública no Mato Grosso. As indicações dessa comissão fundamentaram os decretos

estaduais n. 742 e 759, de 1927, que definiram novos regulamentos para a Escola Normal e para a Instrução Primária do Estado.

Em outros termos, todas as orientações pedagógicas a serem aplicadas na formação de professores primários no contexto cuiabano estavam inseridas num projeto político mais amplo, cujo principal desafio era a modernização do Mato Grosso, rompendo as longas distâncias que o separavam do Rio de Janeiro, centro político da época, e de São Paulo, epicentro econômico e principal polo de disseminação dos ideais pedagógicos concebidos pelas propostas republicanas. Desse modo, no cenário político, social e cultural, Rubens de Carvalho foi calorosamente recebido no seio da sociedade cuiabana, reconhecido como cidadão de ampla cultura geral e especialista da pedagogia claramente orientada pelo método intuitivo, conforme é possível deduzir das orientações que ele prescreve aos professorandos de Cuiabá.

Por outro lado, sua intenção favorecia o uso do método intuitivo e aparentemente ainda se apoiava sobre traços ancorados característicos do método tradicional, sobretudo quando orienta os professores a terem em mãos um *Tratado de Aritmética*, no qual deveriam buscar bons problemas a serem propostos aos alunos. A essas duas orientações faz-se necessário levantar asserções porque, no momento considerado, estavam em curso os primeiros sinais da escola ativa, ainda na fase inicial de definição dos princípios de aproximação da escola primária da realidade social dos alunos. Ademais, esses são traços de apropriação dos saberes que, de fato, em alguma forma, constituem parte da *expertise* profissional, no sentido de que as práticas mudam, mas em movimento totalmente lento.

Para analisar o contexto de atuação de Rubens de Carvalho no aspecto do Mato Grosso, cumpre ressaltar a imprescindível necessidade das análises de sua trajetória profissional e produção intelectual, sintetizando uma caracterização de sua *expertise* enquanto um conhecedor da educação e do ensino de aritmética para as classes elementares.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DE RUBENS DE CARVALHO NA INSTRUÇÃO PÚBLICA MATO-GROSSENSE

Ao exercer as funções em destaque no Mato Grosso, Rubens de Carvalho vivenciou o desafio de atender às expectativas do contexto político e social, no que diz respeito às *necessidades de mudanças na instrução pública* descritas no relatório enviado à Secretaria de Instrução do Estado (MATO GROSSO, 1923a). Em outros termos, no momento vivenciado pelo professor, havia uma clara necessidade de as autoridades estaduais recorrerem aos

préstimos profissionais de um exitoso normalista que pudesse contribuir na modernização da instrução escolar no Mato Grosso, conforme relatado anteriormente.

As circunstâncias de necessidades de uma segunda modernização estavam plenamente visíveis para o estado do Mato Grosso e, assim, estavam constantemente narradas nos relatórios de prestação de serviços educacionais das escolas primárias mato-grossenses. Os relatórios de movimento das diversas escolas primárias antes da chegada do normalista paulista convergiam sobre os variados problemas vivenciados na desorganizada estruturação das escolas do período em questão. O caso mais conflituoso talvez, percebido em acontecimentos de 1922, tenha sido relatado pelo diretor Bartholomeu Lopes dos Santos, do Grupo Escolar de Campo Grande, que apontava os problemas pedagógicos decorrentes da má formação dos professores, as dificuldades em atender os programas de ensino das disciplinas e de executar a marcha das disciplinas pelos métodos modernos (MATO GROSSO, 1923b).

Havia uma expectativa local para que fossem implantadas as primeiras mudanças para assegurar em totalidade a modernização da instrução pública do estado, tomando como referência o sucesso que estava em curso em São Paulo desde a virada para o século XX. Além do mais, naquele momento, era preciso retomar o projeto de reformar a Escola Normal de Cuiabá, o que aparentemente não havia sido integralmente possível antes, durante o primeiro governo de Pedro Celestino, entre 1908 e 1911, quando foram instalados os dois primeiros Grupos Escolares do Mato Grosso e foi reinaugurada uma Escola Normal, no caso, no mesmo espaço físico de um dos grupos escolares, que constituiu, por denominação específica, a Escola Normal e Modelo Anexa, de Cuiabá.

Esse período foi protagonizado pelos professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Fernando Kuhlmann, os primeiros pedagogos paulistas convocados pelo estado para contribuir para a modernização do ensino primário no contexto mato-grossense. Foi nesse quadro que Rubens de Carvalho chegou a Cuiabá, enfrentando o desafio que lhe foi proposto, tomando como referência os ideais então disseminados em algumas regiões a partir de referenciais paulistas. Estava diante do desafio de propor e de implementar o que havia de mais inovador naquele momento no ensino das diferentes matérias e, mais especificamente, no ensino das matemáticas primárias. Desse modo, o normalista paulista chega com o compromisso de solucionar esses problemas mencionados, interesse evidenciado ao escrever novos programas de ensino para a instrução primária e para a Escola Normal (MATO GROSSO, 1923a).

Ainda merece destaque a participação efetiva sobre a elaboração de uma nova normativa que resultou no *Regulamento Geral da Instrução Pública Primária do Estado do Mato Grosso*. Esse documento, como já mencionado, aponta, conforme a categorização em destaque neste artigo, proposta por Hofstetter *et al.*, (2017), como o primeiro passo para constituição do perfil do *expert* em educação, a chamada de um especialista em educação pelo governo do estado para resolver um problema educacional. De fato, talvez excedente nas possibilidades de classificação dessa categorização de análises, pois, conforme mencionado na trajetória profissional do autor, os próprios veículos de comunicação da época reconheciam Rubens de Carvalho como um conhecedor dos princípios da educação, chamado plenamente pelas *boas intenções* do estado para solucionar os empecilhos da instrução pública primária e de formação de professores.

Dessa forma, entendemos que a competência de Rubens de Carvalho como especialista do campo pedagógico dos anos 1920 pode ser atestada nessa empreitada e ainda em outros documentos oficiais historicamente produzidos da instrução pública do Mato Grosso. Como título ilustrativo, também se destacam outros documentos que propriamente ressaltaram em sua elaboração de relatório, como os *Programas de Ensino para Escola Modelo Anexo à Escola Normal de Cuiabá*, de 1924. Conforme escreveu nesse relatório enviado à Secretaria de Estado, suas primeiras atividades como contratado pelo governo mato-grossense foi elaborar os horários de todas as classes da Escola Modelo, o horário das aulas da Escola Normal, o programa da Escola Modelo e o *Regulamento*, esse último quando não estava mais em contrato com o estado (MATO GROSSO, 1923a).

Segundo Amâncio (2008), entre as maiores contribuições do *Regulamento*, novo documento normativo do ensino primário, estava a implementação de uma nova modalidade estrutural de ensino, as Escolas Reunidas.

Essas instituições seriam instaladas em regiões que não atenderiam os requisitos para classificação de grupos escolares. O artigo 19 do *Regulamento* definia que essas escolas deveriam ser construídas para atender demandas em um raio de dois quilômetros da própria escola ou onde funcionassem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos. Assim, o governo reuniria os estudantes em um único estabelecimento que receberia a denominação de “Escolas Reunidas” (MATO GROSSO, 1927).

Com relação ao método, Carvalho tece orientação para a utilização do método intuitivo para ensinar as disciplinas, assim como o processo analítico para o ensino de leitura. Em sua observância, os professores deveriam sempre, no ensino de qualquer disciplina, direcionar as práticas de ensino na marcha do “concreto para o abstrato, do simples para o composto e o

complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido” (MATO GROSSO, 1927b, s/p).

Assim, ao tomar como referência a noção de *expertise* tal como definem Hofstetter e Valente (2017), destacamos alguns elementos específicos que confirmam a produção de Rubens de Carvalho. Ao chegar a terras mato-grossenses, o professor colocou em prática os diferentes conhecimentos adquiridos na Escola Normal de São Paulo, assim como os saberes práticos que ele produziu no exercício do magistério primário e como diretor de escolas normais do interior paulista. Dizia em seu relatório: “Vali-me da experiência de São Paulo, que em sucessivas reformas tem conseguido elevar o grau de perfectibilidade ao seu ensino primário e normal” (MATO GROSSO, 1923a, p. 15).

Esses são evidentes sinais das apropriações das ideias pedagógicas paulistas, dado que converge a sua função de contratado exatamente para sistematizar o que valia de mais moderno na instrução daquele estado em favor de disseminar esses conhecimentos no Mato Grosso, aproximando de uma possível tentativa de objetivação dos saberes em questão, conforme preconizava Burke (2016).

Além do mais, a produção intelectual desse personagem atesta uma *expertise* enquanto um saber de conhecimentos específicos para a educação e/ou ensino. Isso também estaria evidente sobre o que Rubens de Carvalho assumiria em dois casos particulares. O primeiro, em *um contexto mais geral sobre os saberes dos campos das ciências da educação, no caso mais estreitado sobre a psicologia*. Em torno da mobilização dos trabalhos executados, constam, no relatório da Escola Normal e Modelo Anexa, informações que assumem a elaboração de um Programa de Ensino para a escola primária em destaque, por ele considerado um “*programa modesto*”, e apontam os problemas estruturais da Escola Normal, como a falta das horas-aulas dedicadas à cadeira básica de um curso normal: *a cadeira de psicologia, pedagogia e metodologia didático*.

O problema dessa ausência estava plenamente explícito no documento produzido, sendo perceptível a “*completa incapacidade de assimilação de educando habituados a um ensino de pura memória que lhes vem amortecendo as falhas de uma robusta inteligência nativa*”, que dificultaria o aspecto intelectual dos alunos, tanto na escola primária como no curso de normalistas (MATO GROSSO, 1923a, p. 12). Conforme tentava explicar, o principal problema seria a ausência de um curso completo de pedagogia na Escola Normal, devendo haver, assim, a necessidade de reformulação completa do programa de ensino também dessa instituição, na qual as disciplinas ligadas às ciências da educação não se concentrassem apenas no 2º e 3º anos

de curso, mas nos anos finais do programa, quando esses professorandos trabalhariam com a metodologia didática das matérias.

Uma de suas sugestões era *seguir o modelo vivenciado nas escolas normais paulistas*, em que a cadeira estava dividida em duas partes: a) um professor de Metodologia Didática, cujo programa se resume ao 4º ano; e b) um professor de Psicologia, cujo programa abrange os anos 3º e 4º. Declara ainda, como outra dificuldade para um bom curso de Psicologia, a falta de um livro de classe que *eliminasse o ensino ditado dos apontamentos da matéria*. Para amenizar esse problema, elaborou a obra na temática pretendida e, com anuência da Diretoria do Ensino, a submeteu para aprovação ao Conselho Superior de Ensino do Estado para ser oficialmente publicada (MATO GROSSO, 1923a, p. 12). Conforme apuramos, essa obra abordou o texto “Memória” – Capítulo de Psicologia Experimental, publicada pela Tipologia Calháo, em 1925 (MENDONÇA, 1971, p. 44).

A segunda caracterização da *expertise* de Rubens de Carvalho pode ser conferida em razão das soluções propostas para o ensino de aritmética. O relatório enviado à Diretoria de Ensino atesta os problemas apresentados pelos professores da Escola Modelo Anexa à Normal, propondo soluções a implementar para o próximo ano letivo de forma que pudessem minimizar os problemas relatados. Dizia que o ensino de aritmética apresentava defeitos em certas classes e era regular em outras, afirmando que uma provável solução para o caso seria prolongar para todos os anos do ensino primário os exercícios de cálculo mental.

Ainda atestou a falta de materiais didáticos necessários para o ensino dos números e operações do 1º ano e do sistema métrico para o 3º ano escolar. Preconizando a eficiência do ensino, alertava a falta dos seguintes materiais necessários para implementação dos métodos modernos, sendo para o primeiro ano: *4 contadores mecânicos, 4 Cartas de Parker e 4 contadores paulistas*; e, para o terceiro ano: *2 sistemas completos de pesos e medidas e 2 mapas para o ensino do sistema métrico*. Em relação ao ensino de geometria, concebia que deveria ser ensinada nas classes de 3º, 4º e 5º anos, assim orientando que fosse ensinada de forma mais prática. Prescreveu a ausência dos materiais adequados que, por consequência, dificultava o ensino eficiente, alertando a falta de *4 coleções completas de sólidos geométricos para precisão do ensino dessa matéria* (MATO GROSSO, 1923a).

Estes são elementos de evidenciam a autoria de Rubens de Carvalho sobre o programa de ensino da escola modelo de 1924, dado que o ensino de geometria estava presente nos anos mencionados pelo personagem e, ainda, que o ensino do cálculo mental estava estendido para todo o programa de aritmética.

Outra consideração relevante foi a de que, conforme observamos nos *Livros do Movimento do Almojarifado da Instrução Pública do Estado*, os materiais pretendidos pelo normalista foram adquiridos para uso nas escolas, sendo enviados às instituições escolares conforme manifestavam o interesse pelos mesmos.

Ainda identificamos os registros de uma obra publicada por Rubens de Carvalho, chamada “Algumas sugestões sobre o Ensino de Aritmética”, impressa em 1924, pelas Escolas Profissionais Salesianas de Cuiabá (MENDONÇA, 1971, p. 44). Entretanto, não foi possível a identificação de mais detalhes, circulação e apropriação da obra física do texto de aritmética, nem a obra de psicologia anteriormente mencionada.

Em consideração ao Programa de Ensino para Escola Modelo Anexa, como é possível deduzir a *expertise* profissional de Rubens de Carvalho a partir da análise desses documentos? Há sinais evidentes de que sua produção foi muito além do plano definido apenas pelos saberes a ensinar e dos saberes para ensinar, conforme conceituam Hofstetter e Schneuwly (2017). À primazia de cada consonante disciplinar, o professor Rubens de Carvalho explicita três partes referenciais, que denominou de ***Matéria, Como Ensinar e Resultados a Alcançar***, as quais se articulavam com certa maestria e clareza.

Essa produção é descrita pelo autor para todas as disciplinas previstas no ensino primário nessa modalidade escolar mencionada. No caso específico do ensino da Aritmética, do 1º ao 5º ano, entende-se que as matérias a serem ensinadas seriam cuidadosamente articuladas aos recursos didáticos, além de sugestões de apropriações de obras complementares comuns à formação de professor normalista (MATO GROSSO, 1924).

Na parte referente aos saberes para ensinar, denominados de *Como Ensinar*, o autor indica a utilização do contador mecânico, tornos de madeira, dobraduras e recortes e tiras de papel para o ensino de frações, entre outros materiais para proporcionar as ideias intuitivas da numeração e das primeiras operações aritméticas. Quanto ao ensino de geometria, Rubens de Carvalho primeiro descreve os conteúdos a serem abordados do 3º ao 5º ano primário para, em seguida, descrever uma extensa lista de orientações de como ensinar, dizendo que a geometria é uma matéria “que muito se presta para um ensino heurístico”, revelando assim elementos de uma abordagem intuitiva. Vale salientar a total consonância do Programa de Ensino analisado com as orientações e as sugestões de aritmética e geometria preconizadas no relatório, no que se refere aos materiais para ensinar aritmética e geometria nos últimos três anos do ensino primário.

Desse modo, é possível inferir que, ao fazer as orientações, era esperado que o professor conhecesse o método intuitivo, apropriando-se deles para ensinar as matérias, especificamente matemáticas com o uso dos materiais didáticos pretendidos. Rubens de Carvalho ainda enfatiza que, para ensinar as matemáticas, deve-se partir da prática para o sentido da teoria, ou seja, que em toda aula o professor deve primeiro trabalhar o cálculo mental para depois entrar no conteúdo. De modo geral, em quase toda aula de aritmética, ele indicava que os primeiros 5 a 10 minutos deveriam ser reservados para levar os alunos a fazerem alguns cálculos mentais. Contudo a aprendizagem do novo conteúdo deve ir do uso do material didático para o cálculo escrito, depois do escrito para o cálculo mental.

A prática do cálculo mental no início da aula, segundo orienta o referido autor, é para dar agilidade ao raciocínio, como podemos verificar numa orientação explícita indicando que, após utilizar o contador mecânico, o professor deverá passar gradualmente para os cálculos realizados no quadro negro e depois para os cálculos mentais. O autor indica ainda que o professor deve recorrer à *Arithmetica de René Barreto*, visando a que as professoras possam ampliar o domínio sobre o conteúdo a ser ensinado. De modo geral, o professor deve valorizar a ideia intuitiva das operações elementares, primeiro focalizando a ideia de número; em seguida, ensinar o aluno a escrever o respectivo número para somente depois iniciar a realização dos cálculos, finalizando esse processo com a resolução de problemas com os números mais elementares.

Para o ensino de problemas, que começa no segundo ano, afirma que a professora precisará de um tratado de aritmética para retirar problemas para passar aos alunos. Porém, nesta parte, o autor não especifica qual seria este tratado indicado, tendo já mencionado o de René Barreto. No entanto, os relatórios do movimento de materiais do almoxarifado da instrução pública do estado, no mesmo período, registram grandes quantidades de exemplares da *Aritmética Primária e Elementar* de Antônio Bandeira Trajano, o que aponta possível circulação desse material didático no estado.

Na parte referente aos *Resultados a Alcançar*, o autor destaca algumas especificidades epistemológicas, que, de certo modo, indicam uma referência paradigmática por ele valorizada. Trata-se de levar os alunos a realizarem os cálculos com certa rapidez, de modo a resolver problemas mais comuns da vida prática, envolvendo todos os conteúdos aritméticos ensinados, números naturais, decimais, frações, proporção, regras de três e proporções. Nesse Programa de Ensino, de modo geral, na parte das referências paradigmáticas, tal como é razoável denominá-la, Rubens de Carvalho apresenta uma articulação entre: *saberes a ensinar, saberes*

para ensinar (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017), além de possíveis saberes referenciais de características *paradigmáticas* que ainda merecem melhores análises.

Assim, em 1925, termina o contrato para o qual o professor foi convocado pelo estado para atender à demanda da condução da Escola Normal e Modelo Anexa. No entanto, a influência do professor Rubens de Carvalho na educação mato-grossense não ficou delimitada ao período em que ele foi diretor da Escola Normal de Cuiabá. Esse fato é relevante de ser observado, porque o sonhado estatuto de reconhecimento da competência profissional por parte dos diferentes níveis de governo nem sempre tem vida longa. Quase sempre *tem brilho de vagalume*. Num piscar de olhos, o período exercido por um governo encerra ou as forças políticas são alteradas rapidamente e, assim, o mais reluzente especialista pode ser descartado com um *simples golpe de caneta*.

No contexto mato-grossense das décadas de 1920 e 1930, Rubens de Carvalho vivenciou uma presença marcante no ambiente intelectual cuiabano, continuando a exercer influência no campo profissional do ensino escolar e particularmente no ensino das matemáticas. Alguns desses momentos podem ser conferidos *na ata da reunião de uma banca examinadora de concurso para provimento efetivo de vaga para professora adjunta do Grupo Escolar Joaquim Murinho*, de Campo Grande, sul do antigo Mato Grosso, realizada no dia 9 de março de 1930. A reunião tinha por finalidade sortear os pontos sobre os quais as candidatas à vaga deveriam dissertar e serem avaliadas em prova escrita (MATO GROSSO, 1912).

Trata-se de um documento localizado no Arquivo Público do Estado do Mato Grosso. A reunião realizou-se numa das salas da Diretoria Geral da Instrução Pública, com a participação dos seguintes membros: Cesário Alves Correa, diretor geral da Instrução Pública, como presidente da comissão; professores Fernando Leite de Campos, Rubens de Carvalho e Franklin Cassiano da Silva, como membros. Ficou registrada a ausência do professor major Firmo José Rodrigues, não constando o motivo de sua ausência.

Os membros da comissão acordaram alguns pontos, seguindo o regulamento em vigor no estado. Foram então listados oito pontos, envolvendo questões relacionadas à psicologia escolar, incluindo temas como *sensações*, que estava associado a método de ensino de modo geral, ou seja, valorizando uma abordagem intuitiva. Os aspectos psicológicos em questão que conferem pontos do exame supracitado estavam ligados aos conhecimentos sobre a *memória*, associados aos raciocínios e metodologias da aritmética escolar e também das demais disciplinas curriculares do ensino primário. O exame, conforme se apresentava, avaliava plenamente a relação entre as disciplinas escolares, suas formas metodológicas de ensinar e os

processos aplicados das psicologias para o ensino e, de fato, caracteriza uma das razões para justificar a presença do normalista em estudo na participação dessa avaliação de ingresso de professores primários (MATO GROSSO, 1912).

No que diz respeito aos *documentos oficiais que confirmam a existência de indícios sobre a expertise do professor Rubens de Carvalho*, no contexto da década de 1920, cumpre observar que a parte mais importante foi localizada em exaustiva pesquisa física realizada no Arquivo Público do Mato Grosso. Trata-se de *livros de Atas da Diretoria de Instrução Pública do Mato Grosso, Decretos Estaduais, Legislação Educacional, Programas de Ensino da Escola Modelo Anexa à Escola Normal de Cuiabá*, que, em suma, merecem melhores análises sobre a história e vida desse personagem histórico da instrução, além da sua produção intelectual enquanto um educador de destaque para a história da educação mato-grossense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar esta narrativa sobre a trajetória do professor Rubens de Carvalho, no contexto mato-grossense dos anos 1920, *sintetizaremos os aspectos mais relevantes de sua produção pedagógica, visando a afirmar sua expertise profissional, vivenciada em estreita sintonia com o seu tempo*. O estudo indica que ele superou os desafios de um momento de transição, dando sua contribuição para a modernização da instrução pública do estado.

Do domínio pedagógico, o professor Rubens de Carvalho produziu uma síntese diferenciada, articulando *saberes específicos, orientações didáticas e anunciando referências paradigmáticas pontuais*, priorizando o enfoque pragmático. As articulações entre esses três eixos epistemológicos considerados pelo personagem, a matéria, como ensinar e resultado a alcançar constituem o carro chefe de suas orientações para a formação de professores primários. Além dessa produção específica, ele mostrou como praticar o método intuitivo, sem deixar de valorizar enfoques tradicionais, além de estar atento aos primeiros sinais pedagógicos da Escola Nova, que exigia que os professores lançassem mão de recursos didáticos diversificados para romper com a indesejada precedência da abstração dos conceitos, modelos e teoremas e aproximar os conteúdos ensinados da dinâmica mais prática e imediata do cotidiano.

Para finalizar, além dos conteúdos específicos, definidos na tradição positivista das indicações pedagógicas, o referido autor demonstrou a existência de um terceiro eixo de valorização, aqui denominado de *referencial paradigmático*. A descrição dos *resultados a alcançar* sinaliza uma referência paradigmática de natureza pragmática, ou seja, para as

finalidades para o ensino das disciplinas, fornecendo alguns sinais da influência pedagógica norte-americana quanto à vaga intuitiva e com leves traços do pensamento *escolanovista*.

Em síntese, os elementos analisados indicam que Rubens de Carvalho estava empenhado em valorizar a coexistência de três dimensões, as quais aqui são consideradas como saberes a ensinar, saberes para ensinar e referenciais paradigmáticos. Sinais evidenciados neste texto sobre o professor Rubens de Carvalho, de acordo com o referencial teórico, corroboram sua condição de *expert* em ensino das matemáticas elementares.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, L. N. B. **Ensino de leitura e Grupos Escolares: Mato Grosso (1910 – 1930)**. Ed. UFMT, 2008, 256p.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** São Paulo: editora Unesp, 2016.

CHARTIER, R. **A História Cultural – entre práticas e representações**. 2ª edição. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Difel – Difusão Editorial – Portugal, 2002.

CORRÊA, V. B. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso, 1889-1943**, 2ª edição, Campo Grande, Ed. UFMS, 2006.

CORREIO DO ESTADO. N. 112. Cuiabá, em 11 de fevereiro de 1923.

CORREIO PAULISTANO. N. 17.365(1). São Paulo, em 1 de dezembro de 1911.

CORREIO PAULISTANO. N. 19.032(1). São Paulo, em 7 de julho de 1916.

CORREIO PAULISTANO. N. 19.413(1). São Paulo, em 26 de julho de 1917.

CORREIO PAULISTANO. N. 20.405(1). São Paulo, em 14 de abril de 1920.

CORREIO PAULISTANO. N. 20.615(1). São Paulo, em 21 de novembro de 1920b

CORREIO PAULISTANO. N. 21.395. São Paulo, de 28 de janeiro de 1923.

CORREIO PAULISTANO. N. 21.396. São Paulo, em 29 de janeiro de 1923.

CORREIO PAULISTANO. N. 21.408(1). São Paulo, de 21 de fevereiro de 1923b.

FRANÇA, Denise Medina; SANTOS, Edilene Simões Costa. O Ensino de Aritmética no Curso de Formação de Professores e a Constituição de um Expert na Sistematização desse Saber em Tempos da Escola Nova (1950-1970). **Revista Acta Scientiae**. 21, p. 27 – 42. 2019. <https://doi.org/10.17648/acta.scientiae.v21i1Eid5219>

HOFSTETTER R; VALENTE, W. R. (Orgs.), **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2017.

HOFSTETTER, R; SCHNEUWLY, B. “Profissionalização” e formação de professores: uma tipologia dos saberes de referência para a docência. In: **Ciências da educação, campos disciplinares e profissionalização: saberes em debate para formação de professores**. Valente, V. (org). 1ª edição. São Paulo: LF Editorial. 2020.

HOFSTETTER, R; SCHNEUWLY, B. Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2017, p.113 – 172.

HOFSTETTER, R; SCHNEUWLY, B; FREYMOND, M. “Penetrar na verdade da escola para ter elementos concretos de sua avaliação” – A irreversível institucionalização do *expert* em educação (século XIX e XX). In: **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2017, p.55 – 112.

NEVES, Késia Karoline Ramires; SANTOS, Edilene Simões Costa; OLIVEIRA, Leandro. Contribuições da expertise de Leowigildo Martins de Mello para reorganização da instrução pública mato-grossense (1911 – 1912). **Revista Interfaces da Educação**, v.13, p. 619-636, 2022. <https://doi.org/10.26514/inter.v13i37.5322>

MATO GROSSO. Atas dos concursos de provimento para professores normalistas (1912 a 1930). **Arquivo Público do Mato Grosso (APMT)**. Cuiabá - MT, 1912.

MATO GROSSO. Programa de Ensino da Escola Modelo anexa a Escola Normal. **Programa de Ensino**. Tipologia Oficial: Cuiabá, 1924.

MATO GROSSO. Regulamento da instrução pública primária do estado de Mato Grosso. Dec. n.759, de 22 de abril de 1927. **Regulamento**. Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Cuiabá – MT, 1927b.

MATO GROSSO. Relatório enviado a Secretária de Estado pelo professor Rubens de Carvalho (Escola Normal e Modelo anexa). **Relatório**. Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Cuiabá-MT, 1923a.

MATO GROSSO. Relatório enviado a Secretária de Estado pelo professor Bartholomeu Lopes dos Santos (Grupo Escolar Joaquim Murinho). **Relatório**. Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Cuiabá-MT, 1923b.

MENDES, Iran Abreu; BÚRIGO, Elizabete Zardo. Saberes profissionais para ensinar matemática: tensões na constituição e institucionalização. **Revista História da Educação Matemática**, 7, 1 – 24. Disponível em: <http://www.histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/420>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MENDONÇA, R. Rubens de Carvalho. In: **Dicionário bibliográfico mato-grossense**. 2ª edição. Editora Rio Bonito: Goiânia, 1971.

MORAIS, R. S; VALENTE, W. R. **Os experts e o saber profissional do professor que ensina matemática.** Ciência e Educação, Bauru, 26, 1 – 13, 2020.

O JORNAL. N. 42(1). Cuiabá, em 6 de fevereiro de 1923.

OLIVEIRA, Leandro de. Aspectos históricos do estudo da Aritmética no contexto dos grupos escolares mato-grossenses. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande.

ROSA, M. G. S. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul: Histórias de Vida.** Editora UFMS: Campo Grande, 1990.

SÁ, E. F. Gustavo Fernando Kuhlmann: um bandeirante na cruzada da instrução (1910 – 1930). **Revista Educação Pública.** v. 18, n. 38, p. 567-584, set./dez. 2009
<https://doi.org/10.29286/rep.v18i38.399>

APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) pela disponibilização da Bolsa de Estudos (Doutorado).

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa conta com apoio financeiro da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect). Modalidade: Bolsa de Doutorado.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

Resumo/Abstract/Resumen: Leandro de Oliveira

Introdução: Leandro de Oliveira/Luiz Carlos Pais/Edilene Simões Costa dos Santos

Referencial teórico: Leandro de Oliveira/Luiz Carlos Pais/Edilene Simões Costa dos Santos

Análise de dados: Leandro de Oliveira/Luiz Carlos Pais/Edilene Simões Costa dos Santos

Discussão dos resultados: Leandro de Oliveira/Luiz Carlos Pais/Edilene Simões Costa dos Santos

Conclusão e considerações finais: Leandro de Oliveira/Luiz Carlos Pais/Edilene Simões Costa dos Santos

Referências: Leandro de Oliveira/Luiz Carlos Pais/Edilene Simões Costa dos Santos

Revisão do manuscrito: Maria Isabel de Castro Lima

Aprovação da versão final publicada: Leandro de Oliveira/Luiz Carlos Pais/Edilene Simões Costa dos Santos

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Todos os dados da pesquisa são públicos e disponíveis para interessados no Arquivo Público de Cuiabá e na Hemeroteca Digital Brasileira.

PREPRINT

Não publicado.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

COMO CITAR - ABNT

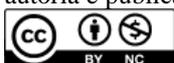
OLIVEIRA, Leandro; PAIS, Luiz Carlos; Santos, Edilene Simões Costa. A expertise do professor Rubens de Carvalho no contexto da instrução Pública matogrossense. **REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**. Cuiabá, v. 11, n. 1, e23013, jan./dez., 2023. <https://doi.org/10.26571/reamec.v11i1.14358>

COMO CITAR - APA

Oliveira, L., Pais, L. C., Santos, E. S. C. (2023). A expertise do professor Rubens de Carvalho no contexto da instrução Pública matogrossense. *REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, 11(1), e23013. <https://doi.org/10.26571/reamec.v11i1.14358>

LICENÇA DE USO

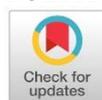
Licenciado sob a Licença Creative Commons [Attribution-NonCommercial 4.0 International \(CC BY-NC 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

POLÍTICA DE RETRATAÇÃO - CROSSMARK/CROSSREF



Os autores e os editores assumem a responsabilidade e o compromisso com os termos da Política de Retratação da Revista REAMEC. Esta política é registrada na Crossref com o DOI: <https://doi.org/10.26571/reamec.retratacao>

PUBLISHER

Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Publicação no [Portal de Periódicos UFMT](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.

EDITOR

Dailson Evangelista Costa  

AVALIADORES

David Antonio da Costa  

Avaliador 2: não autorizou a publicação do seu nome.

Avaliador 3: não autorizou a publicação do seu nome.

HISTÓRICO

Submetido: 11 de setembro de 2022.

Aprovado: 17 de março de 2023.

Publicado: 03 de junho de 2023.